

Sumário

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZANDO A NOVA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	57
1. Responsabilidade civil e Constituição: um diálogo necessário	57
1.1. Responsabilidade civil e dignidade humana.....	59
1.2. Responsabilidade civil e solidariedade social.....	64
1.3. Responsabilidade civil e igualdade substancial	71
2. Outros diálogos: as dimensões atuais da responsabilidade civil.....	77
2.1. Responsabilidade civil e boa-fé objetiva	78
2.2. Responsabilidade civil e razoabilidade	83
2.3. Responsabilidade civil e direitos fundamentais	86
2.4. Responsabilidade civil e autonomia privada.....	89
2.4.1. Tutela da autonomia nas relações patrimoniais.....	90
2.4.2. Tutela da autonomia nas relações existenciais (autodeterminação nas escolhas existenciais fundamentais)	92
2.5. Responsabilidade civil e função social	97
2.6. Responsabilidade civil e equidade	98
3. Responsabilidade civil e novos contextos jurídico-sociais.....	101
3.1. Responsabilidade civil e danos transindividuais	101
3.2. Responsabilidade civil e concepção atual de interesse público.....	107
3.3. Responsabilidade civil e superação das dicotomias	112
3.4. Responsabilidade civil e <i>hard cases</i>	116
3.4.1. A singular importância da jurisprudência na responsabilidade civil	119
3.5. Responsabilidade civil e diálogo das fontes	121
3.6. Responsabilidade civil e vulnerabilidade	124
3.7. Responsabilidade civil e (algumas) questões vinculadas à pandemia	128
3.7.1. Covid-19 e a responsabilização de agentes públicos.....	130
3.7.2. Covid-19 e pedidos de acesso à informação	131
3.7.3. Covid-19 e prazos de prescrição e decadência.....	132
3.7.4. Covid-19 e a questão das vacinas (teoria do risco do desenvolvimento) ..	132

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL	137
1. Fundamento da responsabilidade civil: entre o ontem e o hoje	137

2. Princípios da responsabilidade civil: buscando alguma clareza	138
2.1. Princípio da reparação integral	139
2.2. Princípio da proteção prioritária à vítima do dano	142
2.3. Princípios da prevenção e precaução (responsabilidade civil e tutela preventiva de direitos)	145
2.3.1. A juridicização do conceito de risco: o risco como deflagrador do dever de proteção	148
2.3.2. O princípio da proteção (a dimensão preventiva da responsabilidade civil do Estado)	150
3. Funções da responsabilidade civil: novas funções, novas polêmicas	153
3.1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil	154
3.1.1. Função compensatória	154
3.1.2. Função punitivo-pedagógica	155
3.1.2.1. A função punitiva da responsabilidade civil: existe ou não?	157
3.1.2.2. Casos concretos: a indenização punitiva em casos concretos	162
3.1.3. Função preventiva	166
3.1.3.1. Teoria do desestímulo	169

CAPÍTULO III

ENTRE O ILÍCITO E A RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Distinções fundamentais	173
1.1. Nem todo ilícito civil gera responsabilidade civil	175
1.2. A responsabilidade civil pode resultar de atos lícitos	175
2. O ilícito civil na ordem jurídica brasileira	177
3. Classificando os ilícitos civis no direito brasileiro	179
3.1. Ilícito indenizante	180
3.2. Ilícito caducificante	180
3.3. Ilícito autorizante	182
3.4. Ilícito invalidante	184
4. A questão do dano: ilícitos civis sempre causam danos?	185
4.1. Ilícitos civis com dano	185
4.2. Ilícitos civis sem dano	186
4.2.1. O ilícito civil sem dano no CPC/2015	188
5. O abuso de direito ou ilícito funcional	190
5.1. O ilícito funcional como uma cláusula geral	193

CAPÍTULO IV

ENTRE O VELHO E O NOVO: FORMAS CLÁSSICAS E ATUAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

1. O reinado da culpa	197
2. Teoria subjetiva ou objetiva da responsabilidade civil? Ambas	199
3. A escada histórica da responsabilidade civil	200
3.1. Responsabilidade civil subjetiva	202
3.2. Responsabilidade civil por culpa presumida	206
3.3. Responsabilidade civil objetiva	208
3.3.1. Responsabilidade civil objetiva pela teoria do risco	209

3.3.2. Responsabilidade civil objetiva pelo abuso de direito	216
3.4. Responsabilidade civil objetiva agravada	218
4. Responsabilidade civil contratual e extracontratual	222
4.1. Tendência atual a superar a dicotomia	222
4.2. Situações em que persiste a dicotomia	225
4.2.1. Juros de mora	226
4.2.2. Prazos prescricionais	226
4.3. Tutela da confiança	228
4.4. Tutela da informação	230
4.4.1. A questão da ausência de medidas preventivas (<i>carelesness</i>)	231
4.5. Tutela da cooperação	233

CAPÍTULO V

ENTENDENDO OS DANOS	237
1. Em busca de novos modelos de compreensão?	237
1.1. A constante reavaliação de quais danos são indenizáveis	237
1.1.1. A figura do dano injusto	239
1.1.2. A despatrimonialização da compensação do dano	241
1.2. Entre avanços e retrocessos	243
2. Dano moral: entendendo as dimensões extrapatrimoniais das lesões	244
2.1. Um olhar histórico para o dano moral na experiência brasileira	245
2.2. Entre danos ressarcíveis (materiais) e danos compensáveis (morais)	248
2.2.1. Um caso assustador	249
2.3. O direito à compensação moral é transmissível aos herdeiros?	250
2.4. A questão da legitimidade ativa dos familiares em caso de dano moral	252
2.4.1. Situações em que há legitimidade	252
2.4.1.1. Pais em relação a filhos e vice-versa	252
2.4.1.2. Cônjuge e companheiros	253
2.4.1.3. Irmãos	253
2.4.2. Situações que demandam análise contextualizada dos vínculos afetivos	255
2.4.2.1. Outras situações: o núcleo familiar em gradações diversas	255
2.4.2.1.1. Sobrinhos	255
2.4.2.1.2. Noivos e namorados	256
2.4.2.1.3. Cônjuge separado de fato	256
2.5. Entre o trivial e o grave: os difíceis limites entre o aborrecimento e o dano injusto	256
2.5.1. Hipóteses de mero aborrecimento	259
2.5.2. Hipóteses que excedem o mero aborrecimento	260
2.6. A questão dos danos <i>in re ipsa</i> : uma forte tendência atual em se presumir danos	262
2.6.1. Danos que são considerados <i>in re ipsa</i>	262
2.6.2. Danos que não são considerados <i>in re ipsa</i>	265
2.7. Dano moral pode resultar de inadimplemento contratual?	266
2.8. Dano moral e dano estético: cumulação e especificidades	268
2.9. Dano moral e solidariedade entre os causadores ou responsáveis pelo dano	271
2.10. A questão dos danos morais no extravio de bagagem: mudança de entendimento	277

2.11. Dano moral e pessoa jurídica.....	280
2.12. Danos morais coletivos.....	282
2.12.1. Violação a direitos individuais homogêneos pode causar dano moral coletivo?.....	286
2.12.2. A questão da ilicitude lucrativa e os danos morais coletivos	287
2.13. Figuras com autonomia conceitual?	289
2.13.1. Danos sociais.....	289
2.13.2. Perda da chance: dimensões morais e materiais	291
2.13.3. Danos institucionais.....	294
2.13.4. Danos ao tempo como bem jurídico autônomo	295
2.13.5. Danos ao projeto de vida.....	297
2.13.6. Danos decorrentes do lucro ilícito ou lucro da intervenção (<i>disgorgement</i>)	298
2.14. Outras questões polêmicas.....	300
2.14.1. O problema da vitimização nos danos morais.....	300
2.14.2. Em busca de modos não pecuniários de compensação	302
2.14.3. Dano moral e valor de afeição: a perda de animais de estimação.....	304
2.14.4. Dano moral e condenação inferior ao valor pedido: existe sucumbência do autor da demanda?	306
2.14.5. Dano moral e prazos prescricionais: a teoria da <i>actio nata</i> objetiva e subjetiva.....	307

CAPÍTULO VI

QUANTIFICANDO OS DANOS 311

1. A dificuldade de quantificar certos danos	311
2. Dano moral: uma categoria fundamentalmente jurisprudencial	312
2.1. A definição de valores para o dano moral: um eterno problema	313
2.2. A ausência de critérios legais	316
2.3. Alguns critérios jurisprudenciais para a quantificação dos danos morais.....	317
2.3.1. Gravidade do dano.....	317
2.3.2. Culpa do ofensor	318
2.3.3. A conduta da vítima (dever de mitigar o próprio prejuízo)	320
2.3.4. Irreversibilidade da lesão	321
2.3.5. Vedação ao enriquecimento sem causa.....	322
2.3.6. A condição econômica do ofensor e do ofendido	322
2.3.6.1. Como a condição econômica das partes influi na quantificação do dano?	322
2.3.6.1.1. A condição financeira do ofensor.....	323
2.3.6.1.2. A condição financeira do ofendido.....	324
2.4. Critério bifásico: buscando alguma objetivação na fixação dos valores.....	325
2.5. O STJ, julgando recurso especial, pode alterar valores de dano moral?	327
2.6. A função punitivo-pedagógica e sua influência na quantificação dos danos	328
2.7. Dano moral: a fixação do mínimo indenizatório	332
2.8. Outras questões polêmicas.....	333
2.8.1. Existe princípio que postule a diminuição do valor da indenização com base na situação financeira do ofensor?	333
2.8.2. Danifico porque posso pagar?	335

2.8.3. A excessiva quantificação do dano como fator (vedado) de inibição da crítica democrática ou da exposição de fatos criminosos	336
2.9. Eventuais descontos e atualização no valor do dano moral	337
2.9.1. Dano moral e correção monetária	337
2.9.2. Dano moral e juros de mora	338
2.9.3. Dano moral e imposto de renda	338
2.9.4. Dano moral e benefício previdenciário	339
3. Dano material	339
3.1. Quantificando o dano material: teoria da diferença	339
3.2. Espécies clássicas de dano material	340
3.2.1. Danos emergentes (danos positivos)	340
3.2.2. Lucros cessantes (danos negativos)	341
3.3. Fator determinante da indenização: extensão do dano (Código Civil, art. 944)	341
3.3.1. Exceção legal: desproporção entre dano e culpa (dano grave e culpa leve).....	342
3.4. Danos indenizáveis e não indenizáveis.....	343
3.4.1. Danos indenizáveis.....	343
3.4.1.1. Danos diretos e indiretos	343
3.4.1.2. Danos atuais e futuros.....	344
3.4.2. Danos não indenizáveis.....	345
3.4.2.1. Danos hipotéticos	346
3.5. O dano é essencial à responsabilidade civil?	347
3.5.1. Posição tradicional.....	347
3.5.2. Discussões contemporâneas.....	347
3.5.2.1. Nossa posição	348
3.6. Questões variadas relacionadas à pensão por dano material	349
3.6.1. Dano presumido: morte de filho menor em família de baixa renda	350
3.6.1.1. Critérios jurisprudenciais para a pensão nessa hipótese	351
3.6.2. Outras situações relativas à pensão por dano material.....	351
3.7. O ônus da prova do dano é sempre da vítima?	351

CAPÍTULO VII

NEXO CAUSAL: ENTRE TEORIAS DE ONTEM E COMPREENSÕES DE HOJE

1. Contextualizando o nexo causal	353
2. As difíceis questões do nexo causal: um tormento para os autores.....	354
3. A visão tradicional	355
3.1. O art. 403 do Código Civil: breves críticas	355
3.2. Como enxergar o nexo causal?.....	356
3.2.1. Concepção tradicional: vínculo fático	356
3.2.2. Concepção contemporânea: vínculo jurídico	356
3.3. Que teoria adotamos em relação ao nexo causal?	357
3.4. Quer a verdade? “Escolha uma teoria e decida como quiser”	358
3.5. Causas e condições do dano: distinção	359
4. Nexo causal nas ações e nexo causal nas omissões	360

4.1. Causalidade naturalística e causalidade normativa.....	361
4.2. O nexo causal por omissão na jurisprudência do STF: um exemplo de idas e vindas	362
5. As visões atuais	364
5.1. A relevância do bem jurídico lesado pode impor novas releituras do nexo causal.....	365
5.2. O nexo causal não é um elemento neutro: há juízos de valor no nexo causal	366
5.3. Flexibilização e presunção do nexo causal.....	368
5.3.1. Distinguindo flexibilização de presunção do nexo causal	369
6. Das categorias fechadas aos modelos flexíveis	370
6.1. A irrelevância funcional das teorias clássicas.....	372
6.2. As compreensões atuais sobre o tema: linhas de tendência	373

CAPÍTULO VIII

EXCLUDENTES DE ILICITUDE E EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL	377
1. Uma distinção necessária	377
2. Excludentes de ilicitude.....	377
2.1. Estado de necessidade.....	378
2.1.1. Possibilidade de indenização equitativa	379
2.1.2. Estado de necessidade quando a pessoa lesada é a culpada pelo perigo	379
2.2. Legítima defesa.....	380
2.2.1. Legítima defesa de terceiros.....	381
2.2.2. Legítima defesa putativa.....	381
2.3. Exercício regular de direito.....	382
2.3.1. Eventuais abusos podem ser considerados na quantificação dos danos..	383
2.4. Estrito cumprimento do dever legal	384
3. Excludentes de responsabilidade civil.....	385
3.1. Caso fortuito ou força maior.....	386
3.1.1. O caso fortuito ou força maior nas relações de consumo	386
3.1.2. O caso fortuito ou força maior na responsabilidade civil do Estado.....	387
3.1.3. Caminhando em direção a filtro mais severo na aceitação das excludentes	389
3.1.4. Perguntas que perderam a relevância.....	389
3.1.4.1. O dano era imprevisível?.....	389
3.1.4.2. O dano era inevitável?.....	390
3.1.5. Irrelevância da distinção entre caso fortuito e força maior.....	390
3.1.5.1. Distinção atualmente relevante	391
3.1.5.1.1. Fortuito interno.....	391
3.1.5.1.2. Fortuito externo.....	393
3.1.5.1.2.1. A análise do contexto do dano.....	394
3.1.5.2. A análise dos riscos da atividade: a questão da esfera de risco.....	395
3.2. Fato exclusivo da vítima (culpa exclusiva da vítima)	399
3.2.1. E se ofensor e vítima contribuíram para o dano?	399
3.3. Fato de terceiro	401
3.3.1. A questão do fato de terceiro: novas compreensões do problema	402

3.3.1.1. O fato de terceiro no direito ambiental	402
3.3.1.2. O fato de terceiro no direito do consumidor	403
3.3.1.2.1. O fato de terceiro e a atividade das instituições financeiras	403
3.3.1.2.2. O fato de terceiro e as empresas de transporte	404
3.3.1.2.3. O fato de terceiro e os laboratórios: o caso da pílula de farinha.....	405
3.3.1.2.4. O fato de terceiro e o dano sofrido pelo consumidor em hamburgueria.....	406
3.3.1.2.5. O fato de terceiro e os shopping centers.....	407
3.3.1.3. O fato de terceiro e a responsabilidade civil do Estado.....	407
3.3.1.3.1. A realidade supera a imaginação: o caso da comida envenenada.....	408
3.3.1.4. O dano foi causado exclusivamente pelo terceiro?	409

CAPÍTULO IX

RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO AMBIENTAL	411
1. Perfil da responsabilidade civil ambiental no Brasil	411
2. Novos olhares para o nexo causal em matéria ambiental e a questão do responsável indireto.....	414
3. Transformações nos deveres jurídico-ambientais	417
3.1. A questão da omissão no dever de controle e fiscalização estatal.....	420
4. Compreendendo o dano ambiental.....	423
4.1. Danos sem autoria claramente configurada.....	423
4.2. Danos, em regra, irreversíveis e sem lógica linear: lidando com prevenção e precaução.....	426
4.3. Danos com vítimas socialmente dispersas.....	428
4.4. Danos intergeracionais	431
4.5. Danos com notas necessariamente extrapatrimoniais: titularidade difusa.....	431
4.6. Danos cuja licitude da atividade é irrelevante	432
4.7. Danos cujos limites de tolerabilidade são analisados no caso concreto	433
4.8. Danos de quantificação sabidamente difícil.....	434
4.9. Danos que compreendem o ambiente natural e artificial	436
4.10. Danos que aceitam inversões probatórias	437
4.11. Danos que aceitam flexibilizações e até presunções do nexo causal	440
4.12. Danos que aceitam outras teorias da causalidade	441
4.13. Danos que lidam com a probabilidade, não apenas com a certeza	442
4.14. Danos que aceitam a responsabilidade solidária do ofensor indireto.....	443
4.15. Danos imprescritíveis	446
4.16. Danos que dialogam intimamente com os riscos: o risco de dano autoriza medidas prévias?.....	447
4.17. Danos que exigem progressiva participação democrática nos mecanismos decisórios.....	449

CAPÍTULO X

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	451
1. Responsabilidade civil do Estado: uma visão atual	451
2. Breve resumo do perfil da responsabilidade civil do Estado no Brasil	452

3. Posição peculiar da ordem jurídica brasileira na matéria	454
4. Deveres atuais do Estado: indo além da abstenção (não basta deixar de violar, é preciso proteger)	455
5. As novas visões do direito administrativo: do súdito ao cidadão	455
5.1. As três fases históricas	458
5.2. A quarta e nova fase: o Estado como garantidor dos direitos fundamentais	459
5.3. Atos de império e atos de gestão: distinção superada	461
6. Quem é agente público?	462
6.1. A amplitude conceitual da palavra “agentes”	463
6.2. A questão do dano fora das funções: análise de contextos	466
6.3. A questão do “funcionário de fato” e a proteção da confiança legítima	467
6.4. A questão do abuso no exercício das funções	468
6.5. Contra quem pode ser proposta a ação? Apenas contra o Estado ou é possível ação direta contra o agente público?	471
6.6. Ação de regresso: algo raro entre nós	474
6.6.1. O caráter indisponível da ação de regresso: dever estatal	474
6.6.2. A partir de quando pode ser proposta a ação de regresso?	477
6.6.3. Há prazo prescricional para a ação de regresso?	478
6.6.4. <i>Overruling</i> : a nova compreensão do STF sobre o tema	479
6.7. Pandemia e responsabilização de agentes públicos	480
7. A responsabilidade civil do Estado por omissão	481
7.1. Responsabilidade objetiva na omissão	481
7.2. Responsabilidade subjetiva na omissão	485
7.2.1. Omissão genérica e omissão específica	487
7.2.1.1. Omissão genérica	487
7.2.1.2. Omissão específica	488
7.2.2. O Estado tinha o dever de evitar o dano?	489
8. Responsabilidade objetiva das empresas privadas prestadoras de serviços públicos....	491
8.1. Concessionárias	491
8.1.1. As concessionárias respondem pelos atos de assédio sexual ocorridos em metrô?	492
8.2. Delegatárias	494
8.2.1. Responsabilidade civil dos notários e registradores	494
8.3. Permissionárias	498
8.4. O que são serviços públicos?	499
8.4.1. Atividade econômica ou serviço público?	500
8.4.2. Atividades de educação e saúde são serviços públicos nos termos do art. 37, § 6º ?	501
8.4.3. O CDC se aplica aos usuários de serviços públicos?	502
9. Responsabilidade civil por atos legislativos e judiciários	505
9.1. Responsabilidade civil por atos legislativos	505
9.1.1. Leis inconstitucionais	505
9.1.2. Leis constitucionais	506
9.2. Imunidade parlamentar abrange a responsabilidade civil?	508
9.2.1. Se o parlamentar não responde, o Estado pode responder?	509
9.3. Responsabilidade civil e omissão legislativa: há dever de legislar?	510
9.4. Responsabilidade civil por atos judiciários	512

9.4.1. Prisão preventiva de inocente gera dano moral?	513
9.4.2. Prisões indevidas: quem deve suportar o ônus da privação da liberdade?	515
9.4.3. A questão do cumprimento da pena de prisão em situação degradante: a posição do STF	517
10. Prescrição: polêmicas e definições	518
11. A questão da denúncia da lide	520

CAPÍTULO XI

RESPONSABILIDADE CIVIL NAS **RELAÇÕES DE CONSUMO**

1. Consumidor: uma palavra mais ampla (olhando para o passado, olhando para o futuro)	521
2. Contextualizando o CDC	523
2.1. O CDC como um microssistema legislativo	523
2.2. O que são normas de ordem pública e interesse social?	524
2.3. Autonomia e heteronomia	526
2.4. O CDC como uma “lei de função social”	528
3. Características do CDC	530
3.1. Normas principiológicas	530
3.2. Vocação de expansão	532
3.3. Diálogo das fontes	534
4. Relação jurídica de consumo	535
4.1. Os sujeitos	536
4.2. Identificando consumidor e fornecedor	536
4.2.1. A quem se aplica o CDC? As definições jurisprudenciais brasileiras	537
4.2.1.1. Situações em que o STJ não aplica o CDC	537
4.2.1.2. Situações em que o STJ aplica o CDC	540
4.2.2. O fornecedor	544
4.2.2.1. Os profissionais liberais são fornecedores de serviços?	545
4.2.2.2. Os serviços prestados por advogados estão sujeitos ao CDC?	546
4.3. Teorias maximalista e minimalista	547
4.4. Compreendendo a expressão “destinatário final”	548
4.4.1. Ampliações jurisprudenciais do conceito do “destinatário final”	549
4.5. A pessoa jurídica como consumidora	551
4.5.1. Consumidor pessoa física e consumidor pessoa jurídica: presunções	551
4.5.2. Possibilidade de limitar a indenização: consumidor pessoa jurídica	552
4.6. Consumidor por equiparação (<i>bystander</i>)	553
4.6.1. Os “bystanders”: consumidores sem contrato de consumo	555
4.7. Responsabilidade contratual e extracontratual: irrelevância no CDC	556
4.7.1. Exceção: juros de mora	557
4.7.1.1. Responsabilidade contratual	557
4.7.1.2. Responsabilidade extracontratual	557
4.7.2. Prazos prescricionais nas responsabilidades contratual e extracontratual, segundo o STJ	557
5. Responsabilidade civil nas relações de consumo	558
5.1. Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço	559
5.1.1. Vício do produto	560

5.1.2. Vício do serviço	563
5.2. Fato do produto	563
5.2.1. Fato do serviço	565
5.2.1.1. Uma compreensão restrita dos riscos: proteção apenas para algumas vítimas	567
5.3. Perigo intrínseco	568
5.4. Ausência do defeito: prova a cargo do fornecedor	569
5.5. Comerciante: responsabilidade solidária ou subsidiária?	570
5.6. Teoria do risco do desenvolvimento	571
6. Prescrição e decadência no CDC	575
6.1. Decadência (vício do produto ou serviço)	575
6.1.1. Vício aparente	576
6.1.2. Vício oculto	576
6.1.3. Início da contagem do prazo na hipótese de existir garantia contratual ..	577
6.1.4. Causas que suspendem a decadência	577
6.2. Prescrição (fato do produto ou serviço)	578
6.2.1. Quando se inicia a contagem do prazo prescricional?	578
6.2.1.1. A teoria da <i>actio nata</i>	579
6.3. Conflitos entre o CDC e o CC: interpretação mais favorável ao consumidor	580
7. Desconsideração da personalidade jurídica	581
7.1. CDC: primeira lei brasileira a prevê-la	581
7.2. Desconsideração da personalidade sempre que esta for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento dos consumidores	582
7.3. Teoria maior e teoria menor da desconsideração	582
7.3.1. Teoria maior	582
7.3.2. Teoria menor	583
7.4. Desconsideração inversa	585
8. A publicidade nas relações de consumo	586
8.1. Direito de identificação da mensagem como sendo publicitária	587
8.2. Princípios peculiares à publicidade nas relações de consumo	589
8.3. Dever do fornecedor de manter dados técnicos que lastreiam as informações publicitárias	590
8.4. Publicidade enganosa	591
8.4.1. Publicidade enganosa por omissão	592
8.4.2. A questão do <i>recall</i>	593
8.4.3. Publicidade enganosa resultante de erro de terceiro	594
8.5. Publicidade abusiva	594
8.6. A força vinculante da publicidade	596
8.7. O ônus da prova na comunicação publicitária	596
8.8. A contrapropaganda	597
8.9. A publicidade feita por influenciadores digitais	598
9. Práticas abusivas	599
10. Proibição de constrangimentos ou exposição do consumidor ao ridículo	601
11. Direito do consumidor cobrado indevidamente ao dobro do que houver pago (CDC, art. 42, parágrafo único)	602
11.1. É preciso provar a má-fé do fornecedor para incidência do art. 42 do CDC?	603
11.2. Pagamento fundado em cláusula contratual posteriormente declarada nula enseja devolução em dobro?	604

11.3. É preciso que tenha havido o pagamento pelo consumidor para incidência do art. 42 do CDC?	604
12. Banco de dados e cadastros de consumidores	605
12.1. Limite temporal para as informações negativas: 5 anos	605
12.2. Termo inicial da contagem dos 5 anos	606
12.3. Dever de comunicação por escrito ao consumidor (e dever de indenizar na sua ausência)	606
12.3.1. De quem é o dever de comunicação?	607
12.3.2. É suficiente a prova do envio da comunicação?	608
12.3.3. A comunicação ao consumidor é necessária em se tratando de reprodução de dados existentes em banco de domínio público?	608
12.4. De quem é o dever de comunicar o pagamento da dívida?	609
12.5. Dívida discutida em juízo pode ser inscrita?	610
12.6. Dano moral decorrente de indevida inscrição em cadastro negativo	610
12.6.1. Desnecessidade da prova de prejuízo concreto	611
12.6.2. Há dano moral se já havia inscrição anterior?	611
12.6.3. Valores de indenização	612
12.6.4. Controvérsia restrita apenas ao valor da dívida	612
12.6.5. Prazo prescricional	613
12.7. Bancos de dados contra os maus fornecedores	613
13. Breves noções sobre o superendividamento	614

CAPÍTULO XII

RESPONSABILIDADE CIVIL E **IMPrensa**: DANOS E LIBERDADES COMUNICATIVAS

1. Liberdades comunicativas: liberdade de informar e de ser informado como direito fundamental	617
1.1. As múltiplas fontes de informação: interações em rede	619
2. Critérios hermenêuticos: definindo alguns passos	620
2.1. As liberdades comunicativas devem encontrar limites prévios ao seu exercício?	621
2.2. Os abusos, quando configurados, são ilícitos	622
2.3. A sátira e o humor, mesmo quando incisivos, devem ser admitidos	623
2.4. O direito de resposta como tutela específica	625
2.4.1. A lei do direito de resposta (Lei n. 13.188/2015)	626
2.5. Qual a natureza da responsabilidade civil dos veículos de imprensa?	628
2.5.1. A responsabilidade subjetiva (doutrina da <i>actual malice</i>)	628
2.5.2. A questão da solidariedade	629
3. Contextualizando o uso da imagem alheia	630
3.1. Violação à imagem com ou sem violação à honra: diferenciações	631
3.2. O uso da imagem alheia e a questão do eventual proveito obtido	632
3.3. Autorizações para uso da imagem: interpretação restrita	633
3.3.1. Consentimento para captação não é consentimento para publicação	634
3.4. Fotos de multidões e direito à imagem	635
3.5. Imagens de crianças e adolescentes	636
3.6. Direito à imagem e a condição social do ofendido	637
4. Deveres gerais da imprensa	637
4.1. Dever de veracidade	638

4.1.1. Exige-se da imprensa o grau de certeza da prova judicial?	638
4.2. Dever de pertinência	639
4.2.1. A questão do <i>false light</i> : o dever de contextualizar as imagens.....	640
4.3. Dever de cuidado	641

CAPÍTULO XIII

RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITOS DA PERSONALIDADE

RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITOS DA PERSONALIDADE	643
1. As (muitas) conexões possíveis entre a responsabilidade civil e os direitos da personalidade.....	643
2. Os passos históricos dos direitos da personalidade: contrapondo a dignidade ao horror.....	645
3. O conceito atual de pessoa: indo além do formalismo	647
3.1. A questão das escolhas existenciais fundamentais	649
4. Compreendendo os direitos da personalidade	650
4.1. Características e a questão da dupla inerência.....	650
4.2. Distinguindo direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos.....	653
4.3. Compreendendo as integridades física, moral e intelectual.....	655
4.3.1. Direito à integridade física.....	658
4.3.1.1. A questão da exigência médica e a autodeterminação corporal..	659
4.3.1.2. A questão do consentimento informado.....	660
4.3.1.3. A questão dos transplantes: entre vivos e após a morte do doador	663
4.3.1.4. A questão da recusa de consciência x transfusão de sangue	664
4.3.1.5. A questão dos danos à pessoa morta e os lesados indiretos.....	666
4.3.1.6. A questão da mudança de sexo e mudança no registro.....	667
4.3.1.7. A questão da tatuagem e a teoria da desigualdade justificada.....	668
4.3.2. Direito à integridade psíquica (moral).....	669
4.3.2.1. Direito à imagem.....	671
4.3.2.1.1. O caráter autônomo do direito à imagem	671
4.3.2.1.2. O caráter uno do direito à imagem.....	671
4.3.2.1.3. O caráter <i>in re ipsa</i> do direito à imagem	672
4.3.2.1.4. A análise da função social da imagem	672
4.3.2.1.5. Parâmetros de ponderação.....	673
4.3.3. Integridade intelectual	677
4.3.3.1. Direitos patrimoniais do autor	677
4.3.3.2. Direitos extrapatrimoniais do autor	678
5. Questões atuais e polêmicas acerca dos direitos da personalidade	680
5.1. Biografias não autorizadas	681
5.2. <i>Hate speech</i>	684
5.3. Liberdades comunicativas e <i>fake news</i>	685
5.4. Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades	687
5.5. Os animais podem ser considerados sujeitos de direito no século XXI?	691
5.5.1. O olhar sobre o tema em outros países	693
5.6. Direitos de personalidade e pessoas jurídicas: como compatibilizar?	694
5.7. Deveres de proteção por parte do Estado: uma teoria em construção.....	695

6. A opção prioritária pela tutela preventiva	697
6.1. Cláusula geral ou <i>numerus clausus</i> ? Os direitos da personalidade como uma categoria aberta	699
6.2. A tutela (atual) da personalidade: indo além da tutela ressarcitória	700
6.3. O <i>bullying</i> e a tutela preventiva	701

CAPÍTULO XIV

RESPONSABILIDADE CIVIL E INTERNET

1. Direito privado e novas tecnologias: um breve olhar	703
1.1. Um tempo de transformação: do mundo físico-convencional para o mundo digital	709
1.2. Algumas características da internet	710
1.2.1. Os crescentes danos digitais	712
1.2.2. A questão do <i>cyberbullying</i>	713
1.2.3. A questão do <i>Revenge porn</i>	714
1.2.4. As questões relativas ao comércio eletrônico	715
1.2.5. Outros danos	716
2. Danos e ações ou omissões dos provedores: aplicação das regras tradicionais? Aplicação da teoria do risco?	716
2.1. Uma distinção necessária: danos causados pelo próprio provedor e danos causados por usuários	717
2.1.1. Danos causados por usuários: responsabilidade subjetiva agravada do provedor?	718
2.2. Há dever do provedor de fiscalizar previamente os conteúdos postados?	718
2.3. É dever da vítima fornecer informações precisas sobre o endereço eletrônico (URL) onde estão postadas ofensas?	719
2.4. Dever de retirar imediatamente o material moralmente ofensivo	720
2.4.1. Termo inicial da responsabilidade solidária do provedor	720
3. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)	721
3.1. Uma palavra atual sobre Marco Civil da Internet e o julgamento do STF	724
4. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018)	725
5. Responsabilidade civil e inteligência artificial	729
6. Um olhar para o futuro do dinheiro (e não só dele): vivendo entre <i>blockchains</i> e criptomoedas	732
6.1. Blockchain	732
6.2. Bitcoin	734
6.3. Ethereum e outras criptomoedas	735
6.4. Finanças descentralizadas (DeFi)	736
6.5. <i>Smart contracts</i>	736
6.6. NFTs	737
6.7. Metaverso	737
6.7.1. Entre avanços e perigos: as complexidades do metaverso	738
7. O direito civil digital no Anteprojeto de Reforma do Código Civil	740

CAPÍTULO XV

HIPÓTESES PREVISTAS NO CÓDIGO CIVIL

1. Responsabilidade civil por ato de outrem	743
---	-----

1.1. O risco como fundamento da responsabilidade por ato de outrem	746
1.1.1. Responsabilidade civil dos pais pelos danos causados por filhos menores	747
1.1.1.1. Só os pais que detêm a guarda respondem civilmente?	749
1.1.2. Responsabilidade dos tutores e curadores	751
1.1.3. Responsabilidade dos empregadores	753
1.1.4. Responsabilidade dos estabelecimentos educacionais	759
1.1.4.1. Quem responde e em qual extensão?	760
1.1.5. Responsabilidade dos hotéis e estabelecimentos análogos	763
1.1.5.1. Danos causados a hóspedes	764
1.1.5.2. Danos causados a funcionários do hotel	765
1.1.5.3. Danos causados a terceiros	765
1.1.6. Responsabilidade decorrente dos produtos do crime	766
2. Responsabilidade civil pelo fato da coisa	766
2.1. Danos decorrentes de animais	769
2.2. Danos decorrentes de edifício ou construção	773
2.3. Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios	774
2.3.1. A questão da queda anônima	775
2.3.2. Danos decorrentes da queda de pessoas de prédios	776
2.4. Danos decorrentes de veículos (e a teoria da guarda da coisa)	778

CAPÍTULO XVI

RESPONSABILIDADE CIVIL E INCAPAZES

1. Danos sofridos por incapazes e danos causados por incapazes	783
1.1. Danos causados por incapazes	783
1.1.1. Da irresponsabilidade à responsabilidade	784
1.1.1.1. Indenização subsidiária e equitativa (Código Civil, art. 928)	785
1.1.2. Existe direito de regresso contra descendente incapaz?	787
1.1.3. A questão dos filhos maiores que moram com os pais	788
1.1.4. A responsabilidade civil dos pais pelos danos causados pelo filho maior esquizofrênico	791
1.1.5. A responsabilidade negocial do relativamente incapaz	791
1.1.6. Os incapazes e o Estatuto da Pessoa com Deficiência	792
1.1.7. Incapazes e LGPD	793
1.2. Danos sofridos por incapazes	801
1.2.1. Incapaz sofre dano moral?	801
1.2.1.1. A natureza jurídica in re ipsa dos danos morais sofridos por incapazes	803
1.2.2. Dano moral coletivo e incapazes	803
1.2.3. O crescente respeito ao discernimento dos adolescentes	803

CAPÍTULO XVII

RESPONSABILIDADE CIVIL E RELAÇÕES FAMILIARES

1. Mudança ou revolução?	805
2. A questão do abandono afetivo	809
3. A questão Da alienação parental	812

4. A questão do rompimento de noivado.....	814
5. Mentiras que duram décadas: ofensa aos deveres de lealdade.....	815
6. Ilícitos civis e relações familiares.....	816
7. Proteção de dados e imagem de crianças e adolescentes no âmbito das relações familiares.....	819

CAPÍTULO XVIII

RESPONSABILIDADE CIVIL E TRANSPORTE DE PESSOAS	825
1. Contextualização.....	825
1.1. Obrigação de meio ou de resultado? Cláusula de incolumidade.....	826
1.2. Aplicação do CDC ao contrato de transporte.....	828
1.2.1. Cláusulas de irresponsabilidade ou de não indenizar	828
1.3. Entendendo quem são as vítimas.....	829
2. A questão do dano causado por terceiro: a empresa de transporte responde civilmente?	831
2.1. Dano conexo ao transporte (fortuito interno)	831
2.2. Dano desconexo ao transporte (fortuito externo)	832
2.2.1. Uma brevíssima análise crítica.....	834
3. Transporte gratuito ou de mera cortesia.....	835
4. A questão do transporte de mercadorias.....	838

CAPÍTULO XIX

RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL	841
1. Entre o velho e o novo.....	841
2. Responsabilidade civil médica: contextualização.....	841
3. A aplicação do CDC à responsabilidade civil médica: consequências jurídicas.....	847
4. A questão da culpa na responsabilidade civil médica	850
5. Boa-fé objetiva e responsabilidade civil médica	854
5.1. A relevância do dever de bem informar	856
6. A questão do nexo causal na responsabilidade civil médica.....	857
7. A questão da responsabilidade civil dos hospitais.....	860
8. Outras questões.....	863
8.1. A questão da perda da chance na responsabilidade civil médica	863
8.2. A questão do consentimento informado.....	865
8.3. A questão do erro de diagnóstico	867
8.4. A questão das obrigações de meio e de resultado	868
8.4.1. Obrigações de meio.....	869
8.4.2. Obrigações de resultado	869
8.4.3. Outras hipóteses.....	870
8.4.3.1. Procedimentos de natureza mista	872
8.5. A questão dos seguros de responsabilidade civil.....	873
9. Responsabilidade civil dos advogados	874

CAPÍTULO XX

RESPONSABILIDADE CIVIL E VIOLÊNCIA URBANA.....	881
---	------------

1. Uma breve contextualização.....	881
1.1. O padrão mental convencional	883
1.2. Que perguntas podemos fazer?.....	884
2. A segurança como tarefa fundamental do Estado: a teoria dos deveres de proteção..	889
2.1. Em busca de novos níveis de eficiência da atividade estatal?.....	892
3. O modelo conceitual da responsabilidade objetiva agravada.....	893
4. Mudando a direção do olhar: buscando novas dimensões de análise	896
5. Um olhar para a jurisprudência	898
5.1. O olhar tradicional	899
5.2. Os novos olhares	899
6. Análise específica de situações.....	902
6.1. Algumas vítimas são juridicamente protegidas; outras, não	902
6.2. Um exemplo simbólico e frequente: assaltos e danos sofridos em ônibus	903
6.3. Como estão sendo decididos os casos?.....	904
6.3.1. Cidadão x empresas de ônibus	904
6.3.2. Cidadão x empresas concessionárias de rodovias	905
6.3.3. Cidadão x empresas de metrô ou trem.....	906
6.3.4. Cidadão x empresas de <i>valet</i> (manobristas).....	907
6.3.4.1. Cabe distinguir dano oriundo de roubo e dano oriundo de furto?	907
6.3.5. Cidadão x bancos: (responsabilidade inclusive por danos em frente à agência em certos casos)	908
6.3.5.1. Outras hipóteses: assaltos em caixas-eletrônicos	909
6.3.6. Cidadão x <i>Shoppings</i>	909
6.3.7. Cidadão x empresas de estacionamento	911
6.3.7.1. Outros modos de estacionamento.....	912
6.3.8. Cidadão x cadeias de lanchonetes (assaltos em <i>drive-thru</i> e outros)	913
6.3.9. A questão das balas perdidas.....	913
6.3.9.1. Se houver a participação de agente estatal na troca de tiros, o Estado responde	914
6.3.9.2. Se houver a participação de seguranças privados contratados pelas empresas, estas respondem	915

CAPÍTULO XXI

RESPONSABILIDADE CIVIL E MUDANÇAS LEGISLATIVAS:

COMENTÁRIOS SOBRE A REFORMA DO CÓDIGO CIVIL	917
--	-----

1. Reformas legislativas e responsabilidade civil: uma breve palavra	917
2. Interpretando e contextualizando as propostas legislativas.....	925

BIBLIOGRAFIA	1023
--------------------	------